

CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 61.022.042/0001-18

NIRE nº 35.300.067.827

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA CONSTRUTORA
ADOLPHO LINDENBERG S.A. A SER REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2019**

Senhores Acionistas,

A Administração da Construtora Adolpho Lindenberg S.A. ("Companhia" ou "CAL") encaminha a presente proposta da administração ("Proposta") relacionada à Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 24 de abril de 2019 ("Assembleia"), em observância ao disposto na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("IN CVM 481").

Considerando o interesse da Companhia, a Administração apresenta as seguintes recomendações em referência às matérias incluídas na ordem do dia da mencionada Assembleia:

1. Em Assembleia Geral Ordinária:

(i) Apreciar as contas da diretoria e o relatório anual da administração da Companhia, o balanço patrimonial, as demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018:

Conforme aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 18 de março de 2018, a Administração da Companhia submete à apreciação de V.Sas. o relatório anual da administração da Companhia, o balanço patrimonial, as demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, que serão publicadas em 22 de março de 2019 nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo e Diário Comercial, na forma da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("LSA"). Os comentários dos administradores da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência, seguem anexos à presente Proposta como Anexo I.

(ii) Deliberar sobre a revisão e aprovação de orçamento de capital:

A Administração da Companhia propõe aos acionistas deliberar sobre a revisão e aprovação de orçamento de capital, nos termos do artigo 196 da LSA e do artigo 25, §1º, inciso IV, da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("IN CVM 480"), nos termos do Anexo II à presente Proposta.

(iii) Deliberar sobre a proposta de destinação dos resultados do exercício social findo em 31 de dezembro de 2018:

A Administração da Companhia propõe aos acionistas deliberar sobre a destinação dos resultados do exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, nos termos do Anexo III a presente Proposta.

(iv) Deliberar sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia:

A Administração da Companhia propõe deliberar sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do Anexo IV à presente Proposta.

(v) Deliberar sobre a remuneração dos administradores da Companhia:

A Administração da Companhia propõe uma remuneração anual e global para os administradores no exercício social de 2019 de até R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), nos termos dos Anexos IV e V da presente Proposta.

ÍNDICE

ANEXO	PÁGINA
Anexo I – Comentários dos Administradores da Companhia	04
Anexo II – Proposta de Orçamento de Capital para 2019 (consolidado)	36
Anexo III – Destinação do lucro líquido do exercício	37
Anexo IV - Indicação de administradores para ocupar cargos de membros efetivos do Conselho de Administração da Companhia	44
Anexo V — Proposta de remuneração dos administradores, conforme previsto na ICVM 481, artigo 12, inciso II	51
Anexo VI Proposta de remuneração dos administradores, conforme Previsto na ICVM 481, Artigo 12, Inciso I	53

CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 61.022.042/0001-18

NIRE nº 35.300.067.827

ANEXO I

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA CONSTRUTORA
ADOLPHO LINDENBERG S.A. A SER REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2019**

10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.1. Em atenção ao item 10.1 do Formulário de Referência – IN CVM 480/09, seguem os comentários dos Diretores da Companhia:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar o seu plano de negócio e cumprir suas obrigações de curto e médio prazo. Ao final do exercício social de 2018, a Companhia possuía R\$ 0,4 milhões em caixa e equivalentes, uma redução de 90,4% quando comparado aos R\$4,3 milhões de 2017 que, por sua vez, representaram uma redução de 56% quando comparado aos R\$6,7 milhões de 2016. Importante destacar que a Companhia não possui endividamento e possui caixa líquido positivo, reflexo de uma operação que apresenta bases sustentáveis e regulares.

O exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 apresentaram resultados operacionais e financeiros resultantes da consolidação do processo de reestruturação estratégica da Companhia, iniciado em 2008. Apesar do ano de 2018 e de 2017 terem demonstrado ser extremamente desafiadores devido ao difícil cenário macroeconômico resultante principalmente da incerteza no cenário político e econômico, a Companhia conseguiu superar apresentando patamares saudáveis de rentabilidade.

Ao final do exercício social de 2018, a receita líquida da Companhia alcançou o montante de R\$6,8 milhões, uma redução de 43,7% quando comparado aos R\$12,1 milhões do exercício social de 2017 que, por sua vez, foi 55% menor que a receita líquida do exercício de 2016, no montante de R\$27,0 milhões.

A redução na receita líquida da Companhia desde o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 decorreu, principalmente devido ao difícil cenário macroeconômico resultante principalmente da incerteza no cenário político e econômico.

Ao final do exercício social de 2018, o lucro bruto da companhia encerrou em R\$0,04 milhões negativo uma redução de 101,8% quando comparado aos R\$2,0 milhões do mesmo período em 2017, com uma margem bruta de 16,4%, e com o lucro bruto de R\$10,7 milhões do mesmo período em 2016.

O resultado obtido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, 2017 e de 2016 apresentaram o foco na consistência operacional, com consistência das margens e rentabilidade para um menor volume da operação. Importante destacar que a Companhia não possui endividamento e encontra-se numa situação de Caixa Líquido confortável para a operação futura, principalmente diante de um cenário mais desafiador.

Durante 2018, foram entregues 2 empreendimentos residenciais, localizados na Capital de São Paulo, totalizando 2 torres, 90 unidades e 19,4 mil m² de área construída, todas dentro do prazo e orçamento inicialmente previsto. Nesse mesmo período, a Construtora Adolpho Lindenberg não iniciou novas obras.

Durante 2017, foram entregues 4 empreendimentos (3 residenciais e 1 multi-uso), totalizando 4 torres, 624 unidades e 89,6 mil m² de área, todas dentro do prazo e orçamento inicialmente previsto. Nesse mesmo período, a Construtora Adolpho Lindenberg não iniciou novas obras.

Durante o ano de 2016, foram entregues 3 empreendimentos/fases (2 residenciais e 1 comercial), compostos por 6 torres, 1.436 unidades e 152,0 mil m² de área. Nesse mesmo período iniciou-se a obra residencial Lindenberg Itaim de alto padrão, localizado na Capital de São Paulo, composta por 1 torre com 24 unidades e 13,8 mil m² de área.

Apesar de todas as dificuldades do setor de atuação da Companhia (mercado imobiliário), a Diretoria da Companhia entende que, em 31 de dezembro de 2016 obtivemos um bom resultado operacional com um volume de obras de 103,4 mil m² distribuídas em 5 obras e compostas por 5 torres, sendo 4 obras residenciais e 1 obra multi-uso totalizando atualmente 648 unidades em construção, todas localizadas no Estado de São Paulo.

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando (i) hipóteses de resgate; (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

A estrutura de capital da Companhia, em relação ao período encerrado em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 era composta da seguinte forma:

(Em R\$ milhões)	31/12/2016	%	31/12/2017	%	31/12/2018	%
Capital de Terceiros	R\$0,0	0%	R\$0,0	0%	R\$0,0	0%
Capital Próprio ¹	R\$22,3	100%	R\$24,2	100%	R\$26,0	100%
Total	R\$22,3	100%	R\$24,2	100%	R\$26,0	100%

(1) Capital Próprio corresponde ao patrimônio líquido da Companhia.

(i) hipóteses de resgate

Não há hipótese de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

(ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

Não há hipótese de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

(c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Diretoria da Companhia acredita que nossas principais fontes de recursos são: (i) receitas provenientes dos serviços de construção e gerenciamento de construção prestados; (ii) receitas de assistência técnica; e (iii) receitas de unidades imobiliárias vendidas.

A Diretoria da Companhia acredita que os recursos existentes e a nossa geração de caixa operacional serão suficientes para as nossas necessidades de liquidez e nossos compromissos financeiros, no mínimo, pelos próximos 12 meses.

Nosso EBITDA no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$2 milhões, com uma margem EBITDA de 29,7%, uma redução de 46,9% em relação aos R\$3,8 milhões do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

Nosso EBITDA no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$3,8 milhões, com uma margem EBITDA de 31,6%, uma redução de 68,5% em relação aos R\$12,1 milhões do exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

Nosso EBITDA no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$12,1 milhões, com uma margem EBITDA de 34,3%, uma redução de 22,4% em relação aos R\$15,6 milhões do exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Captamos recursos por meio de novas receitas e, adicionalmente, contratamos financiamentos bancários, quando necessário, os quais são empregados no financiamento de nossas necessidades de capital de giro e investimentos de curto e longo prazo, bem como na manutenção de nossas disponibilidades de caixa em nível que acreditamos apropriado para o desempenho de nossas atividades.

Nosso endividamento era composto da seguinte forma nos períodos abaixo identificados

R\$ milhões	2016	2017	2018
Empréstimos e financiamentos	R\$0,0	R\$0,0	R\$0,0
Contas a pagar a fornecedores	R\$0,3	R\$0,3	R\$0,4
Obrigações trabalhistas e tributárias	R\$3,4	R\$1,6	R\$1,6
Provisão para garantia de obras	R\$10,3	R\$7,7	R\$5,1
Dividendos a pagar	R\$1,0	R\$1,1	R\$0,7
Obrigações tributárias parceladas	R\$3,1	R\$2,5	R\$1,7

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez efetuando uma administração baseada em fluxo de caixa, mas ainda pode vir a depender, embora de forma reduzida, de obtenção de empréstimos com terceiros e com o acionista controlador para seu equilíbrio financeiro. Eventuais descasamentos entre ativos e passivos são constantemente monitorados.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A Companhia não possuía contratos de empréstimos e financeiros nos últimos 03 exercícios;

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

Não há.

(iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Não há.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Todos os recursos dos financiamentos já contratados foram utilizados e quitados.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Comparação dos resultados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017

Balancos Patrimoniais Consolidado Períodos encerrados em 31.dezembro (Em milhares de Reais - R\$)	2018	2017	Var. %
Ativo	45.866	47.627	-3,7%
Circulante	17.877	11.539	54,9%
Caixa e equivalentes de caixa	414	4.299	-90,4%
Contas a receber de clientes	2.555	7.047	-63,7%
Impostos a recuperar	87	153	-43,1%
Contas a receber de partes relacionadas	14.767	0	0,0%
Demais ativos circulantes	54	40	35,0%
Não Circulante	27.989	36.088	-22,4%
Contas a receber de clientes	1.291	1.303	-0,9%
Depósitos judiciais	620	856	-27,6%
Imovéis a comercializar	576	511	12,7%
Contas a receber de partes relacionadas	1.462	750	94,9%
Impostos a recuperar	803	757	6,1%
Demais ativos não circulantes	6	4	50,0%
Investimentos	23.141	31.844	-27,3%
Imobilizado	58	11	427,3%
Intangível	32	52	-38,5%
Passivo e Patrimônio Líquido	45.866	47.627	-3,7%
Circulante	5.336	7.297	-26,9%
Fornecedores	397	356	11,5%
Obrigações trabalhistas e tributárias	1.631	1.638	-0,4%
Obrigações tributárias parceladas	616	814	-24,3%
Dividendos a pagar	719	1.116	-35,6%
Provisão para garantia de obras	1.973	2.873	-31,3%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	0	500	-100,0%
Não Circulante	14.505	16.112	-10,0%
Obrigações tributárias parceladas	1.073	1.726	-37,8%
Provisão para garantia de obras	3.169	4.825	-34,3%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	9.992	9.478	5,4%
Provisão para perda com investimentos	153	0	0,0%
Demais passivos não circulantes	118	83	42,2%
Patrimônio Líquido	26.025	24.218	7,5%
Capital social	16.000	16.000	0,0%
Reserva especial	0	(1.639)	-100,0%
Reserva de lucros	10.025	9.857	1,7%

Demonstrações Financeiras Auditadas

Total do Ativo

Os ativos da Companhia totalizaram R\$45,9 milhões em 31 de dezembro de 2018, uma variação negativa de 3,7% em relação a 31 de dezembro de 2017, que totalizou R\$47,6 milhões. Tal variação deve-se principalmente pela redução de R\$8,7 milhões na posição de investimento da Companhia e redução no contas a receber de clientes que totalizou R\$4,5 milhões.

Total do Passivo

Os passivos da Companhia totalizaram R\$19,8 milhões em 31 de dezembro de 2018, uma variação negativa de 15,4% em relação a 31 de dezembro de 2017, que totalizou R\$23,4 milhões, sendo que tal variação ocorreu principalmente devido a: (i) redução de R\$2,6 milhões a título de Provisão para garantia de obras.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da Companhia totalizou R\$26 milhões em 31 de dezembro de 2018, e em 31 de dezembro de 2017 de R\$24,2 milhões.

Comparação dos resultados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017

Demonstrações de Resultados Consolidado Períodos encerrados em 31.dezembro (Em milhares de Reais - R\$)	4T18	4T17	Var. %	2018	2017	Var. %
Receita Operacional Líquida	1.890	974	94,0%	6.814	12.093	-43,7%
Custos dos Serviços Prestados	(1.696)	(1.274)	33,1%	(6.849)	(10.113)	-32,3%
Custos de prestação de serviços	(1.592)	(1.790)	-11,1%	(6.483)	(9.853)	-34,2%
Custos de assistência técnica	(104)	516	-120,2%	(339)	73	-564,4%
Custos da venda de unidades imobiliárias	0	0	0,0%	(27)	(333)	-91,9%
Lucro Bruto	194	(300)	-164,7%	(35)	1.980	-101,8%
Margem Bruta (%)	10,3%	-30,8%	41,1 pp	-0,5%	16,4%	-16,9 pp
(Despesas) Receitas	5.808	2.463	135,8%	2.062	1.840	12,1%
Administrativas, comerciais e gerais	(1.904)	(4.654)	-59,1%	(11.385)	(11.175)	1,9%
Equivalência patrimonial	6.931	3.350	106,9%	12.511	8.697	43,9%
Outras receitas operacionais líquidas	781	3.767	-79,3%	936	4.318	-78,3%
EBITDA	6.002	2.163	177,5%	2.027	3.820	-46,9%
Margem EBITDA (%)	317,6%	222,1%	95,5 pp	29,7%	31,6%	-1,8 pp
Resultado Financeiro	330	117	182,1%	489	887	-44,9%
Despesas Financeiras	(34)	(53)	-35,8%	(141)	(294)	-52,0%
Receitas Financeiras	364	170	114,1%	630	1.181	-46,7%
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	6.332	2.280	177,7%	2.516	4.707	-46,5%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(10)	(2)	400,0%	(16)	(102)	-84,3%
Correntes	(10)	(2)	400,0%	(16)	(102)	-84,3%
Diferidos	0	0	0,0%	0	0	0,0%
Resultado Líquido do Período	6.322	2.278	177,5%	2.500	4.605	-45,7%
Margem Líquida (%)	334,5%	233,9%	100,6 pp	36,7%	38,1%	-1,4 pp

Demonstrações Financeiras Auditadas

Receita Operacional Líquida

A Receita Líquida, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, atingiu R\$6,8 milhões, uma redução de 43,7% em relação a 31 de dezembro de 2017 que atingiu R\$12,1 milhões. Esta variação negativa da receita deveu-se, principalmente, pela redução no volume de obras em execução ao longo dos doze meses e as entregas dos empreendimentos realizadas durante o exercício descritas abaixo;

- (i) Empreendimento residencial Lindenberg Itaim, de alto padrão, composto de uma torre única de 24 unidades e 13,8 mil m² de área construída, localizado na Capital de São Paulo;
- (ii) Obra de terceiros, empreendimento residencial Edifício Residencial Tetrys Pompéia, de médio padrão, composto de uma torre única de 66 unidades e 5,6 mil m² de área construída, localizado na Capital de São Paulo.

Custos de prestação de serviços

O Custo de prestação de serviços totalizou R\$6,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, contra R\$10,1 milhões em 31 de dezembro de 2017, uma redução de 32,3% em razão da redução do volume de obras em execução e entregues.

Lucro Bruto

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, o lucro bruto da Companhia totalizou R\$0,04 milhões negativo, uma redução de 101,8% em relação a 31 de dezembro de 2017 que atingiu R\$2 milhões, devido redução do volume de obras em execução e entregues.

Lucro Líquido do Exercício

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o lucro líquido totalizou R\$2,5 milhões, uma redução de 45,7% em relação a 31 de dezembro de 2017 que atingiu R\$4,6 milhões.

Comparação dos resultados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

Balancos Patrimoniais Consolidado Períodos encerrados em 31.dezembro (Em milhares de Reais - R\$)	2017	2016	Var. %
Ativo	47.627	46.246	3,0%
Circulante	11.539	19.124	-39,7%
Caixa e equivalentes de caixa	4.299	6.733	-36,2%
Contas a receber de clientes	7.047	11.210	-37,1%
Impostos a recuperar	153	1.146	-86,6%
Demais ativos circulantes	40	35	14,3%
Não Circulante	36.088	27.122	33,1%
Contas a receber de clientes	1.303	1.500	-13,1%
Depósitos judiciais	856	739	15,8%
Imovéis a comercializar	511	678	-24,6%
Contas a receber de partes relacionadas	750	3.354	-77,6%
Impostos a recuperar	757	-	0,0%
Demais ativos não circulantes	4	-	0,0%
Investimentos	31.844	20.775	53,3%
Imobilizado	11	18	-38,9%
Intangível	52	58	-10,3%
Passivo e Patrimônio Líquido	47.627	46.246	3,0%
Circulante	7.297	8.294	-12,0%
Fornecedores	356	290	22,8%
Obrigações trabalhistas e tributárias	1.638	3.442	-52,4%
Obrigações tributárias parceladas	814	760	7,1%
Dividendos a pagar	1.116	1.020	9,4%
Provisão para garantia de obras	2.873	2.782	3,3%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	500	-	0,0%
Não Circulante	16.112	15.606	3,2%
Obrigações tributárias parceladas	1.726	2.389	-27,8%
Provisão para garantia de obras	4.825	7.256	-33,5%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	9.478	5.868	61,5%
Demais passivos não circulantes	83	93	-10,8%
Patrimônio Líquido	24.218	22.346	8,4%
Capital social	16.000	16.000	0,0%
Reserva especial	(1.639)	(7.730)	-78,8%
Reserva de lucros	9.857	14.076	-30,0%

Demonstrações Financeiras Auditadas

Total do Ativo

Os ativos da Companhia totalizaram R\$47,6 milhões em 31 de dezembro de 2017, uma variação positiva de 3% em relação a 31 de dezembro de 2016, que totalizou R\$46,2 milhões. Tal variação deve-se principalmente pelo aumento de R\$11 milhões na posição de investimento da Companhia e redução no contas a receber com partes relacionadas que totalizou R\$2,6 milhões.

Total do Passivo

Os passivos da Companhia totalizaram R\$23,4 milhões em 31 de dezembro de 2017, uma variação positiva de 3% em relação a 31 de dezembro de 2016, que totalizou R\$23,9 milhões, sendo que tal variação ocorreu principalmente devido a: (i) redução de R\$1,8 milhões a título de Obrigações trabalhistas e tributárias; (ii) redução de R\$2,4 milhões a título de Provisão para garantia de obras.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da Companhia totalizou R\$24,2 milhões em 31 de dezembro de 2017, e em 31 de dezembro de 2016 de R\$22,3 milhões.

Comparação dos resultados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

Demonstrações de Resultados Consolidado Períodos encerrados em 31.dezembro (Em milhares de Reais - R\$)	4T17	4T16	Var. %	2017	2016	Var. %
Receita Operacional Líquida	974	6.435	-84,9%	12.093	27.147	-55,5%
Custos dos Serviços Prestados	(1.274)	(3.065)	-58,4%	(10.113)	(16.455)	-38,5%
Lucro Bruto	(300)	3.369	-108,9%	1.980	10.692	-81,5%
Margem Bruta (%)	-30,8%	52,4%	-83,2 pp	16,4%	39,4%	-23,0 pp
(Despesas) Receitas	2.463	2.431	1,3%	1.840	1.421	29,5%
Administrativas, comerciais e gerais	(4.654)	(737)	531,5%	(11.175)	(10.627)	5,2%
Equivalência patrimonial	3.350	1.132	195,9%	8.697	7.239	20,1%
Outras receitas operacionais líquidas	3.767	2.036	85,0%	4.318	4.809	-10,2%
EBITDA	2.163	5.800	-62,7%	3.820	12.113	-68,5%
Margem EBITDA (%)	222,1%	90,1%	131,9 pp	31,6%	44,6%	-13,0 pp
Resultado Financeiro	117	91	28,6%	887	1.067	-16,9%
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	2.280	5.891	-61,3%	4.707	13.180	-64,3%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2)	(8.165)	-100,0%	(102)	(8.974)	-98,9%
Resultado Líquido do Exercício	2.278	(2.274)	-200,2%	4.605	4.206	9,5%
Margem Líquida (%)	233,9%	-35,3%	269,2 pp	38,1%	15,5%	22,6 pp

Demonstrações Financeiras Auditadas

Receita Operacional Líquida

A Receita Líquida, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, atingiu R\$12,1 milhões, uma redução de 55,5% em relação a 31 de dezembro de 2016 que atingiu R\$27,1 milhões. Esta variação negativa da receita deveu-se, principalmente, pela redução no volume de obras em execução ao longo dos doze meses e as entregas dos empreendimentos realizadas durante o exercício descritas abaixo;

- (i) Empreendimento Trio by Lindenberg de alto padrão, tipo multi-uso, composto de 252 unidades e 27,1 mil m² de área construída e única torre, localizado no Interior de São Paulo;
- (ii) Empreendimento residencial Aristo by Lindenberg de padrão médio alto, composto de uma torre e 130 unidades, totalizando 19,5 mil m² de área construída na Capital de São Paulo;
- (iii) Empreendimento Maralta by Lindenberg de médio-alto padrão, tipo residencial, composto de 198 unidades e 22,7 mil m² de área construída e única torre, localizado no Litoral de São Paulo e;
- (iv) Empreendimento Lindenberg Jundiaí de alto padrão, tipo residencial, composto de 44 unidades e 20,2 mil m² de área construída e única torre, localizado no Interior de São Paulo.

Custos de prestação de serviços

O Custo de prestação de serviços totalizou R\$10,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, contra R\$16,4 milhões em 31 de dezembro de 2016, uma redução de 38,5% em razão da redução do volume de obras em execução e entregues.

Lucro Bruto

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, o lucro bruto da Companhia totalizou R\$2 milhões, uma redução de 16,4% em relação a 31 de dezembro de 2016 que atingiu R\$10,7 milhões, devido redução do volume de obras em execução e entregues.

Lucro Líquido do Exercício

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o lucro líquido totalizou R\$4,6 milhões, um aumento de 9,5% em relação a 31 de dezembro de 2016 que atingiu R\$4,2 milhões.

Comparação dos resultados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015

Balancos Patrimoniais Consolidado Períodos encerrados em 31.dezembro (Em milhares de Reais - R\$)	12M16	12M15	Var. %
Ativo	46.246	55.040	-16,0%
Circulante	19.124	30.988	-38,3%
Caixa e equivalentes de caixa	6.733	18.120	-62,8%
Contas a receber de clientes	11.210	11.546	-2,9%
Impostos a recuperar	1.146	1.298	-11,7%
Demais ativos circulantes	35	24	45,8%
Não Circulante	27.122	24.052	12,8%
Contas a receber de clientes	1.500	2.007	-25,3%
Impostos diferidos	-	6.657	-100,0%
Depósitos judiciais	739	617	19,8%
Imovéis a comercializar	678	813	-16,6%
Contas a receber de partes relacionadas	3.354	-	0,0%
Demais ativos não circulantes	-	4	-100,0%
Investimentos	20.775	13.860	49,9%
Imobilizado	18	26	-30,8%
Intangível	58	68	-14,7%
Passivo e Patrimônio Líquido	46.246	55.040	-16,0%
Circulante	8.294	14.461	-42,6%
Fornecedores	290	266	9,0%
Obrigações trabalhistas e tributárias	3.442	7.770	-55,7%
Obrigações tributárias parceladas	760	703	8,1%
Dividendos a pagar	1.020	3.476	-70,7%
Provisão para garantia de obras	2.782	2.243	24,0%
Demais passivos circulantes	-	3	n/a
Não Circulante	15.606	13.710	13,8%
Obrigações tributárias parceladas	2.389	3.249	-26,5%
Provisão para garantia de obras	7.256	8.236	-11,9%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	5.868	1.937	202,9%
Demais passivos não circulantes	93	288	-67,7%
Patrimônio Líquido	22.346	26.869	-16,8%
Capital social	16.000	12.000	33,3%
Reserva de lucros	14.076	14.869	-5,3%
Reserva especial	(7.730)	-	0,0%

Demonstrações Financeiras Auditadas

Total do Ativo

Os ativos da Companhia totalizaram R\$46,2 milhões em 31 de dezembro de 2016, uma variação negativa de 16,0% em relação a 31 de dezembro de 2015, que totalizou R\$55,0 milhões. Tal variação deve-se principalmente a redução de R\$11,3 milhões na posição de caixa e equivalentes de caixa da

Companhia e redução na conta de Impostos diferidos que totalizou R\$6,5 milhões em contrapartida a um aumento de R\$6,9 milhões na conta de Investimentos.

Total do Passivo

Os passivos da Companhia totalizaram R\$23,9 milhões em 31 de dezembro de 2016, uma variação negativa de 42,6% em relação a 31 de dezembro de 2015, que totalizou R\$28,1 milhões, sendo que tal variação ocorreu principalmente devido a: (i) redução de R\$4,3 milhões a título de Obrigações trabalhistas e tributárias.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da Companhia totalizou R\$22,3 milhões em 31 de dezembro de 2016, em relação a 31 de dezembro de 2015, que era de R\$26,9 milhões. Tal redução ocorreu principalmente devido a constituição da reserva especial que totalizou R\$7,7 milhões.

Comparação dos resultados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015

Demonstrações de Resultados Consolidado Períodos encerrados em 31.dezembro (Em milhares de Reais - R\$)	12M16	12M15	Var. %
Receita Operacional Bruta	31.345	50.832	-38,3%
Receita de prestação de serviços	28.655	45.715	-37,3%
Receita de assistência técnica	2.410	5.061	-52,4%
Receita da venda de unidades imobiliárias	280	56	400,0%
Deduções da Receita Bruta	(4.198)	(5.325)	-21,2%
Impostos incidentes sobre a receita	(4.198)	(5.325)	-21,2%
Receita Operacional Líquida	27.147	45.507	-40,3%
Custos dos Serviços Prestados	(16.455)	(23.327)	-29,5%
Custos de prestação de serviços	(14.590)	(19.971)	-26,9%
Custos de assistência técnica	(1.633)	(3.300)	-50,5%
Custos da venda de unidades imobiliárias	(232)	(56)	314,3%
Lucro Bruto	10.692	22.180	-51,8%
Margem Bruta (%)	39,4%	48,7%	-9,4 pp
(Despesas) Receitas	1.421	(6.570)	-121,6%
Administrativas, comerciais e gerais	(10.627)	(11.003)	-3,4%
Equivalência patrimonial	7.239	2.043	254,3%
Outras receitas operacionais líquidas	4.809	2.390	101,2%
EBITDA	12.113	15.610	-22,4%
Margem EBITDA (%)	44,6%	34,3%	10,3 pp
Resultado Financeiro	1.067	1.509	-29,3%
Despesas Financeiras	(432)	(462)	-6,5%
Receitas Financeiras	1.499	1.971	-23,9%
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	13.180	17.119	-23,0%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(8.974)	(2.533)	254,3%
Correntes	(2.311)	(1.765)	30,9%
Diferidos	(6.663)	(768)	767,6%
Lucro Líquido do Período	4.206	14.586	-71,2%
Margem Líquida (%)	15,5%	32,1%	-16,6 pp

Demonstrações Financeiras Auditadas

Receita Operacional Líquida

A Receita Líquida, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, atingiu R\$27,1 milhões, uma redução de 40,3% em relação a 31 de dezembro de 2015 que atingiu R\$45,5 milhões. Esta variação negativa da receita deveu-se, principalmente, pela redução no volume de obras em execução ao longo dos doze meses e as entregas dos empreendimentos;

Empreendimento Residencial Aristo by Lindenberg de padrão médio alto, composto de 88 unidades e 15,5 mil m² de área construída, localizado na Capital de São Paulo.

Empreendimento Comercial Jardins do Brasil, fase Centro Empresarial de padrão médio alto, composto de duas torres e 850 unidades, totalizando 66,0 mil m² de área construída e a fase residencial Mantiqueira de padrão médio alto, composto de três torres e 498 unidades, totalizando 70,5 mil m² de área construída, ambos na Região Metropolitana de São Paulo.

Durante o exercício de 2016 iniciou a construção da obra residencial Lindenberg Itaim de alto padrão, localizada na Capital de São Paulo, formado por uma torre, 24 unidades e 13,8 mil m² de área.

Custos de prestação de serviços

O Custo de prestação de serviços totalizou R\$16,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, contra R\$23,3 milhões em 31 de dezembro de 2015, uma redução de 29,5% em razão da redução do volume de obras em execução e entregues.

Lucro Bruto

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, o lucro bruto da Companhia totalizou R\$10,7 milhões, uma redução de 51,8% em relação a 31 de dezembro de 2015 que atingiu R\$22,2 milhões, devido redução do volume de obras em execução e entregues.

Lucro Líquido do Exercício

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, o lucro líquido totalizou R\$4,2 milhões, uma redução de 71,2% em relação a 31 de dezembro de 2015 que atingiu R\$14,6 milhões. Tal redução deve-se a redução do volume de obras em execução e entregues e ainda a reversão do imposto de renda diferido.

10.2. Resultado operacional e financeiro

a) Resultados das operações da Companhia

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita:

O resultado das operações (receitas, custo e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. A receita operacional líquida da Companhia decorre principalmente da prestação de serviços de construção, gerenciamento de construção e serviços de assistência técnica, além de algum resultado da venda de lotes em estoque.

A composição da receita operacional é demonstrada a seguir:

<i>(em milhares de reais)</i>	2016	2017	2018
Receitas de serviços	R\$28.655	R\$12.723	R\$7.403
Receitas de assistência técnica	R\$2.410	R\$915	R\$402
Receitas de venda de unidades imobiliárias	R\$280	R\$373	R\$15
Impostos sobre receita	(R\$4.198)	(R\$1.918)	(R\$1.006)
Total	R\$27.147	R\$12.093	R\$6.814

As receitas de prestação de serviços de administração de obras são reconhecidas em função dos prazos decorridos, resultados auferidos e serviços prestados no regime de competência. Os custos e despesas são reconhecidos quando mensuráveis e incorridos. Ao longo dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e de 2016, mais de 90% das nossas receitas decorreram da receita com a prestação de serviços de administração e gerenciamento de construção.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:

A prestação de serviços de construção e gerenciamento de construção da Companhia pode afetar materialmente o nosso desempenho operacional, visto que a medição ou percentual de taxa de administração de construção é variável de acordo com o empreendimento que a Companhia irá desenvolver.

A Companhia reconhece os valores das receitas e dos custos provenientes de prestação de serviços de construção e gerenciamento de construção conforme sua execução, em conformidade com o período de competência.

A receita com venda de unidades imobiliárias é mensurada pelo valor efetivamente contratado, sendo os valores de contas a receber, calculados a valor presente considerando os prazos dos recebimentos futuros.

Os principais impactos nas variações de receitas entre os exercícios de 2018, 2017 e 2016 decorrem da variação no volume das operações da Companhia.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A Companhia não possui variações das receitas atribuíveis a fatores externos, visto que a mesma determina o percentual de taxa de administração de construção em contrato de prestação de serviços, conforme item 10.2.(ii) acima.

As receitas de vendas podem ser impactadas pela variação nos índices de inflação que corrigem os nossos contratos de prestação de serviços e vendas de unidades imobiliárias, principalmente o INCC. As variações de receita nos últimos três exercícios são relativas à variação do volume de negócios, bem como da evolução físico-financeira das obras.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.

Operações com instrumentos derivativos

Em 31 de dezembro de 2018, 2017 e de 2016, a Companhia e suas controladas não possuíam operações de derivativos e nem de risco semelhante.

Análise da sensibilidade das aplicações financeiras – Exercício 2018

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI adicionado aos juros divulgados na nota explicativa nº 4 para capital de giro.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações ao qual a Companhia está exposta na data-base 31 de dezembro de 2018, foram definidos três cenários diferentes. Com base nas taxas do CDI vigentes em 31 de dezembro de 2018, foi definido o cenário provável para um período de 12 meses e a partir deste calculadas variações de 25% e 50%.

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo consolidado de aplicações financeiras apresenta a seguinte composição em relação à taxa de juros:

	Risco	Cenário provável (valor contábil projetado)	Cenário I - 25%	Cenário II - 50%
Aplicações financeiras	CDI	6,40%	4,80%	3,20%
Posição contábil em 31/12/2018 - R\$388		25	19	12

Análise da sensibilidade das aplicações financeiras – Exercício 2017

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI adicionado aos juros divulgados na nota explicativa nº 4 para capital de giro.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações ao qual a Companhia está exposta na data-base 31 de dezembro de 2017, foram definidos três cenários diferentes. Com base nas taxas do CDI vigentes em 31 de dezembro de 2017, foi definido o cenário provável para um período de 12 meses e a partir deste calculadas variações de 25% e 50%.

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo consolidado de aplicações financeiras apresenta a seguinte composição em relação à taxa de juros:

	Risco	Cenário provável (valor contábil projetado)	Cenário I - 25%	Cenário II - 50%
Aplicações financeiras	CDI	9,93%	7,45%	4,97%
Posição contábil em 31/12/2017- R\$4.242		421	316	211

Análise da sensibilidade das aplicações financeiras – Exercício 2016

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI adicionado aos juros para capital de giro.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações ao qual a Companhia está exposta na data-base 31 de dezembro de 2016, foram definidos três cenários diferentes. Com base nas taxas do CDI vigentes em 31 de dezembro de 2016, foi definido o cenário provável para um período de 12 meses e a partir deste calculadas variações de 25% e 50%.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo consolidado de aplicações financeiras apresenta a seguinte composição em relação à taxa de juros:

	Risco	Cenário provável (valor contábil projetado)	Cenário I - 25%	Cenário II - 50%
Aplicações financeiras	CDI	14,00%	10,50%	7,00%
Posição contábil em 31/12/2016 - R\$ 6.408		897	673	449

10.3 Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, não houve introdução ou alienação de segmentos operacionais da Companhia não refletida nas demonstrações financeiras.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em março de 2016, através de contrato particular de compra e venda de quotas, a controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda. adquiriu da empresa do Grupo Lindencorp Participações e Incorporações Ltda. a parcela de 20% da participação societária da Lion Incorporação SPE Ltda. O patrimônio líquido adquirido foi de R\$6.547 pelo montante de R\$10.781, gerando uma perda de R\$4.234, registrado no patrimônio líquido na rubrica reserva especial. Adicionalmente, em setembro de 2016 a controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda. adquiriu 20%, resultando em 40% de participação societária da Lion Incorporação SPE Ltda. O patrimônio líquido adquirido foi de R\$8.465 pelo montante de R\$11.950 liquidado durante o exercício de 2016, gerando uma perda de R\$3.485, registrado no patrimônio líquido na rubrica reserva especial.

Em abril de 2016, através de instrumento particular de compra e venda de quotas, a controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda. adquiriu da empresa do Grupo Lindencorp Participações e Incorporações Ltda. a parcela de 10% da participação societária da Acireale Incorporação SPE Ltda. O patrimônio líquido adquirido foi de R\$102 pelo montante de R\$113, gerando uma perda de R\$11, registrado no patrimônio líquido na rubrica reserva especial.

Em março de 2017, através de contrato particular de compra e venda de quotas, a controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda. adquiriu da empresa do Grupo Lindencorp Participações e Incorporações Ltda. a parcela de 20% da participação societária da Leal Participações Ltda. O patrimônio líquido adquirido foi de R\$ 297 pelo montante de R\$558, gerando uma perda de R\$261, registrado no patrimônio líquido na rubrica reserva especial.

Em junho de 2017, através de contrato particular de compra e venda de quotas, a controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda. adquiriu da empresa do Grupo Lindencorp Participações e Incorporações Ltda. a parcela de 30% da participação societária da Pisa Incorporação SPE Ltda. O patrimônio líquido adquirido foi de R\$ 2.957 pelo montante de R\$4.335, gerando uma perda de R\$1.378, registrado no patrimônio líquido na rubrica reserva especial.

Em novembro de 2017, através de contrato particular de compra e venda de quotas, a controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda. adquiriu da empresa do Grupo Lindencorp Participações e Incorporações Ltda. a parcela de 30% da participação societária da Leal Participações Ltda. O investimento foi adquirido pelo seu valor de patrimônio líquido de R\$ 795.

Em novembro de 2017, através de contrato particular de compra e venda de quotas, a controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda. vendeu para a empresa do Grupo Lindencorp Participações e Incorporações Ltda. a parcela de 20% da participação societária da Pisa Incorporação SPE Ltda. O investimento foi vendido pelo seu valor de patrimônio líquido de R\$ 2.012.

Em dezembro de 2017, através de contrato particular de compra e venda de quotas, a controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda. adquiriu da empresa do Grupo Lindencorp Participações e Incorporações Ltda. a parcela de 50% da participação societária da Valência Incorporação Ltda. O investimento foi adquirido pelo seu valor de patrimônio líquido de R\$ 299.

Em janeiro de 2018, através de instrumento particular de compra e venda de quotas, a controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda. adquiriu a parcela de 20% da participação societária da Ink Pinheiros Empreendimento e Participações Ltda., para desenvolvimento de empreendimento imobiliário, cabe destacar que não houve aquisição de controle. O patrimônio líquido adquirido foi de R\$1.267 pelo montante de R\$1.164, gerando um ganho de R\$103.

Em abril de 2018, através de instrumento particular de compra e venda de quotas a controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda., adquiriu 50% de participação na sociedade Trevi Incorporação Ltda., da Lindencorp Participações e Incorporações Ltda., cabe destacar que não houve aquisição de controle. O patrimônio líquido adquirido foi de R\$4 negativo pelo montante de R\$12, gerando uma perda de R\$16.

Em maio de 2018, a Controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda., através de instrumento particular de compra e venda, cessão e transferência de quotas sociais e outras avenças, vendeu sua participação total na Pisa Incorporação SPE Ltda. para a Ez Tec Empreendimentos e Participações S.A.. O investimento foi vendido pelo seu valor de patrimônio líquido de R\$2.580.

Em setembro de 2018, através de instrumento particular de compra e venda de quotas a controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda., adquiriu 100% de participação na sociedade Viseu Incorporação Ltda., da Lindencorp Participações e Incorporações Ltda. O patrimônio líquido adquirido foi de R\$7 pelo montante de R\$25, gerando uma perda de R\$18.

Em novembro de 2018, através de contrato particular de compra e venda de quotas, a Construtora Adolpho Lindenberg S.A. adquiriu da empresa do Grupo LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A.

100% da participação societária da Lindenhouse Comercialização Private Ltda. O patrimônio líquido adquirido foi de R\$33 pelo montante de R\$1 (hum real), gerando um ganho de R\$33.

Em novembro de 2018, através de contrato particular de compra e venda de quotas, a controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda. adquiriu da empresa do Grupo Lindencorp Participações e Incorporações Ltda. 100% da participação societária da Ferrette Incorporação Ltda. O patrimônio líquido adquirido foi de R\$3 negativo pelo montante de R\$1, gerando uma perda de R\$4.

Em novembro de 2018, através de contrato particular de compra e venda de quotas, a controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda. adquiriu da empresa do Grupo Lindencorp Participações e Incorporações Ltda. 100% da participação societária da Novara Incorporação Ltda. O patrimônio líquido adquirido foi de R\$4 pelo montante de R\$1 (hum real), gerando um ganho de R\$4.

Em dezembro de 2018, após a realização da venda de um imóvel situado na Capital de São Paulo/SP, no valor total de R\$ 18,2 milhões no mês de novembro de 2018. a Controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda., através de instrumento particular de compra e venda, cessão e transferência de quotas sociais e outras avenças, vendeu sua participação total de 50% na Leal Participações Ltda. para a Sei Novo Negócio 47 Empreendimento Imobiliário Ltda. (Setin). O patrimônio líquido vendido foi de R\$10 pelo montante de R\$500 (quinhentos reais), gerando uma perda de R\$10.

c) *Eventos ou operações não usuais*

Adicionalmente, em agosto de 2013 o Ministério Público do Trabalho distribuiu Ação Civil Pública contra a Companhia, cujo valor inicialmente atribuído foi de R\$100 milhões, considerando multa a título de dano moral a favor do FAT (Fundo de Amparo do Trabalhador).

A defesa da Companhia consiste em demonstrar a qualidade empregada em segurança e saúde do trabalho, bem como em esclarecer e refutar a absoluta impropriedade do procedimento e das acusações feitas pelo Ministério Público do Trabalho. As cominações apontadas pelo último se apoiam em laudo deficiente que apresenta situações absolutamente genéricas e subjetivas. A acusação também elenca inúmeros apontamentos repetitivos, agravando sobremaneira a imposição das multas aplicadas, conforme expressamente demonstrado na defesa apresentada pela Companhia.

A Companhia ingressou com Recurso Ordinário contra a sentença e apresentou petição de juntada a fim de comprovar o cumprimento das obrigações de fazer. O Acórdão resultante dos recursos apresentados pelas Partes, assinado/emitido em 13 de dezembro de 2016 (publicado em 31 de janeiro de 2017), manteve a condenação de primeira instância da Companhia em dois tópicos: (1) indenização por danos morais coletivos; e (2) obrigações de fazer elencadas na inicial, mediante cominação judicial. No tocante ao dano moral coletivo, aumentou a indenização para

R\$5 milhões, e, no que se refere às obrigações de fazer apontadas na inicial, elevou a multa judicial para R\$50 em caso de descumprimento.

A Companhia apresentou embargos de declaração julgado em 14 de março de 2017. O processo foi suspenso em 18 de maio de 2017 para tratativas de negociações entre as Partes, que chegaram a um acordo em 13 de dezembro de 2017. Nos termos da cláusula segunda do referido acordo celebrado com o Ministério Público do Trabalho, a Companhia se comprometeu a pagar R\$2.000 em 4 parcelas anuais sem correção no valor de R\$500, sendo que a primeira parcela de R\$500 foi paga em 25 de abril de 2018. Em 14 de novembro de 2018 realizamos a quitação no valor de R\$1.234, obtendo um desconto de R\$266.

10.4 Mudanças nas práticas contábeis / Ressalvas e ênfases

a) *Mudanças significativas nas práticas contábeis e efeitos significativos das alterações das práticas contábeis*

Práticas adotadas a partir de 1 de janeiro de 2018:

A Companhia adotou o CPC 47/IFRS 15 (Receitas de Contratos com Clientes) e o CPC 48 /IFRS 9 (Instrumentos Financeiros) a partir de 1º de janeiro de 2018. A adoção do CPC 47/IFRS 15, não resultou em impactos nas demonstrações financeiras, visto que o critério de reconhecimento de receita adotado pela Companhia já encontrava-se em linha aos requisitos da nova norma. Em relação ao CPC 48/IFRS 9, a Companhia avaliou a classificação dos seus instrumentos financeiros em 1º de janeiro de 2018, e realizou a reclassificação dos mesmos conforme requerido pelo IFRS 9/CPC 48, não houve necessidade de reclassificação dos passivos financeiros, as alterações dos ativos financeiros estão demonstradas abaixo:

	Controladora				
	31/12/2017 - IAS 39 / CPC 38			01/01/18 - IFRS 19 / CPC 48	
	Empréstimos e recebíveis	Outros Ativos Financeiros	Outros passivos financeiros	Custo Amortizado	Valor justo através do resultado
Ativos Financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	174	-	-	-	174
Contas a receber de clientes	-	1.789	-	1.789	-
Contas a receber de partes relacionadas	-	5.751	-	5.751	-
	<u>174</u>	<u>7.540</u>	<u>-</u>	<u>7.540</u>	<u>174</u>
Passivos Financeiros					
Fornecedores	-	-	154	154	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>154</u>	<u>154</u>	<u>-</u>
	<u>174</u>	<u>7.540</u>	<u>154</u>	<u>7.386</u>	<u>174</u>

	Consolidado			01/01/18 - IFRS 19 / CPC 48	
	31/12/2017 - IAS 39 / CPC 38	31/12/2017 - IAS 39 / CPC 38		Custo Amortizado	Valor justo através do resultado
	Empréstimos e recebíveis	Outros Ativos Financeiros	Outros passivos financeiros		
Ativos Financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	4.299	-	-	-	4.299
Contas a receber de clientes	-	8.350	-	8.350	-
Contas a receber de partes relacionadas	-	750	-	750	-
	<u>4.299</u>	<u>9.100</u>	<u>-</u>	<u>9.100</u>	<u>4.299</u>
Passivos Financeiros					
Fornecedores	-	-	356	356	-
Outras contas a pagar	-	-	83	83	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>439</u>	<u>439</u>	<u>-</u>
	<u>4.299</u>	<u>9.100</u>	<u>439</u>	<u>8.661</u>	<u>4.299</u>

Novas normas e interpretações ainda não adotadas:

Foram aprovadas e emitidas as seguintes normas e interpretações pelo IASB, que ainda não está em vigência e não foi adotada de forma antecipada pela Companhia. A Administração avalia os impactos de sua adoção conforme mencionado abaixo:

- i) IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil (CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil)

A nova norma substitui o IAS 17 – “Operações de Arrendamento Mercantil” e correspondentes interpretações e determina que os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de valores irrelevantes dos ativos envolvidos na operação.

Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. Essa norma entre em vigor a partir de 1º. de janeiro de 2019.

A Administração avaliou os impactos da nova norma e estima um valor presente líquido de obrigações de R\$987 de passivo, ou R\$1.300 de saldo bruto de obrigações, bem como o montante correspondente registrado no ativo a título de direito de uso. O principal efeito está relacionado a locação de imóvel sede da Companhia.

Por ora, o entendimento é de que o potencial efeito seja o reconhecimento de um valor próximo desse como ativo e como passivo, com uma distribuição de despesa maior no início e menor no final, se comparado com a contabilização atual das despesas de arrendamento. Dada à complexidade do tema, pode ser que, até a adoção inicial dessa norma, haja revisão da conclusão e dos itens no escopo, incluindo premissas para apuração dos valores presentes líquidos.

ii) IFRIC 23 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro)

A nova interpretação estabelece requisitos de reconhecimento e mensuração em situações onde a Companhia tenha definido durante o processo de apuração dos impostos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social) a utilização de tratamentos fiscais incertos, que podem vir a ser questionados pela autoridade fiscal.

Em 2017, ocorreram modificações nas seguintes normas e interpretações, conforme destacado abaixo;

A administração da Companhia avaliou e concluiu que não houve impacto decorrente da adoção das novas normas vigentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Na data de elaboração destas demonstrações financeiras, as seguintes IFRSs foram publicadas, porém não possuem aplicação obrigatória:

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 9 (CPC 46) – Instrumentos financeiros	Refere-se à primeira fase do projeto de substituição da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018.
IFRS 16 – Operações em arrendamento mercantil	Estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes na transação.	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019.
IFRS 15 / CPC47 – Receita de Contrato com Cliente	Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela deverá ser reconhecida	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

Em 2016, o CPC emitiu o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15), novo pronunciamento contábil que trata do reconhecimento de receita, com aplicação inicial para os exercícios ou períodos iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia reconhece atualmente a receita referente aos contratos com clientes, utilizando a metodologia do POC (Percentage of Completion Method), que consiste no reconhecimento da receita com base no custo de construção incorrido ao longo da execução da obra, seguindo as disposições da Orientação Técnica OCPC 04 – Aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às Entidades de Incorporação Imobiliária Brasileiras.

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), em 10 de janeiro de 2018, emitiu OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n.º 01/2018, informando que a OCPC 04 (R1), refletindo as disposições contidas na CPC 47, ficou em audiência pública durante o ano de 2017, tendo seu processo de emissão suspenso por decisão do CPC em decorrência de consulta formulada ao Comitê de Interpretação do IASB – IFRS IC sobre o reconhecimento da receita, para determinados contratos, serem durante a construção e não em um momento específico quando ocorre a entrega da unidade habitacional. Assim, o referido Ofício orienta que enquanto o processo de discussão da OCPC 04 (R1) não for concluído, a OCPC 04 ora vigente continua a ser adotada, aplicando-se os

ajustes que se fizerem necessários em função da vigência da CPC 47 a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Companhia aguarda a solução do tema sobre o critério contábil a ser adotado a partir de 1º de janeiro de 2018, incluindo efeitos correspondentes, se aplicável.

Em relação ao IFRS 9, a administração não identificou efeitos relevantes decorrente de sua adoção.

A Administração ainda não avaliou os efeitos da adoção desses da IFRS 16 nas demonstrações financeiras, mas não espera efeitos relevantes.

Em 2016, ocorreram modificações nas seguintes normas e interpretações, conforme destacado abaixo;

A Companhia e suas controladas não adotaram as IFRSs novas e revisadas e ainda não vigentes mencionadas a seguir:

Pronunciamento	Descrição
IFRS 9	Instrumentos Financeiros (b)
IFRS 15	Receitas de Contratos com Clientes (b)
IFRS 16	Arrendamentos (c)
Alterações à IFRS 2	Classificação e Mensuração de Transações de Pagamentos Baseados em Ações
Alterações à IFRS 10 e IAS 28	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou "Joint Venture" (d)
Alterações à IAS 7	Iniciativa de Divulgação (d)
Alterações à IAS 12	Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas a Realizar (a)
IFRIC 22	Transações com Adiantamentos em Moedas Estrangeiras (b)
Melhorias Anuais	Ciclo de IFRSs 2014–2016 (a) (b)
Alterações à IAS 40	Transferência de Propriedades de Investimentos (b)

(a) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida.

(b) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

(c) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, com adoção antecipada permitida.

(d) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após uma data a ser determinada.

É esperado que esses pronunciamentos sejam emitidos pelo CFC de modo que sejam aplicados a partir de sua aplicação obrigatória, conforme previsto pelas normas contábeis.

A Administração da Companhia ainda não avaliou as novas normas, mas não espera impactos significativos em virtude da natureza desses pronunciamentos.

(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis
Efeitos da adoção das IFRSs e dos CPCs no balanço patrimonial consolidado

A administração da Companhia avaliou e concluiu que não houve impacto decorrente da adoção das novas normas vigentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, 2017 e de 2017.

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Em 31 de dezembro de 2018, houve uma ênfase no relatório dos auditores independentes, as quais estão reproduzidas em sua íntegra, a seguir:

Conforme descrito na Nota Explicativa 2. a), as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil registradas na CVM. Dessa forma, a determinação da política contábil adotada pela Companhia, para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados a transferência de controle, segue o entendimento manifestado pela CVM no Ofício circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2018 sobre a aplicação da NBC TG 47 (IFRS 15). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Em 31 de dezembro de 2017, houve uma ênfases no relatório dos auditores independentes, as quais estão reproduzidas em sua íntegra, a seguir:

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária no Brasil

Conforme descrito na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) aplicáveis às Entidades de incorporação imobiliária no Brasil consideram, adicionalmente, a Orientação Técnica OCPC 04 - Aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às Entidades de Incorporação Imobiliária Brasileiras editada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Essa orientação técnica trata do reconhecimento da receita desse setor e envolve assuntos relacionados ao significado e aplicação do conceito de transferência contínua de riscos, benefícios e controle na venda de unidades imobiliárias, conforme descrito com mais detalhes na nota explicativa nº 3.9. às demonstrações financeiras. Nossa opinião não está ressalvada em razão desse assunto.

Em 31 de dezembro de 2016, houve duas ênfases no relatório dos auditores independentes, as quais estão reproduzidas em sua íntegra, a seguir:

“Conforme descrito na nota explicativa nº 3.9 às demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária no Brasil consideram, adicionalmente, a orientação técnica OCPC 04 - Aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às Entidades de Incorporação Imobiliária Brasileiras editada pelo CPC. Essa orientação trata do reconhecimento da receita desse setor e envolve assuntos relacionados ao significado e à aplicação do conceito de transferência contínua de riscos, benefícios e controle na venda de unidades imobiliárias, conforme descrito em maiores detalhes na nota explicativa nº 3.9. Nossa opinião não está ressalvada em razão desse assunto.”

Conforme descrito na nota explicativa nº 8 a) às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2016 aproximadamente 100% das receitas são provenientes de serviços prestados a partes relacionadas. Nossa conclusão não está ressalvada em razão desse assunto.

10.5 Políticas contábeis críticas

A Companhia registra suas provisões para contingências de acordo com a classificação de seus assessores legais, seguindo o critério legal (provável / possível / remoto). No que se refere a créditos fiscais a Companhia realiza a ativação de tais créditos conforme revisão anual aprovada pelo Conselho de Administração em relação às projeções de utilização de tais créditos.

Como regra geral, na preparação das demonstrações financeiras são adotadas premissas para o reconhecimento das estimativas para registros de ativos, passivos e outras operações tais como: as provisões para contingências aqui mencionadas, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para distratos, vida útil dos bens do imobilizado, resultado de incorporação imobiliária e venda de imóveis, e imposto de renda sobre receitas corrente e diferido, classificação de curto e longo prazo, entre outros. Os diretores e principais executivos da Companhia monitoram e revisam periodicamente estas estimativas e premissas a fim de que os valores das mesmas estejam sempre o mais próximo possível dos valores reais resultantes das operações da Companhia.

10.6 Comentários dos diretores sobre os Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

A Companhia não realizou nos últimos 03 exercícios operações de arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos.

ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos.

A Companhia não realizou nos últimos 03 exercícios operações de carteira de recebíveis sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidade.

iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

A Companhia não realizou nos últimos 03 exercícios compra de produtos ou serviços mediante a emissão de contratos futuros.

iv. Contratos de construção não terminada

A Companhia não possui contratos de construção não terminados (não cumpridos) nos últimos 03 exercícios;

v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Companhia não realizou nos últimos 03 exercícios operações de contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia possui o seguinte item não evidenciado nas demonstrações financeiras dos últimos 03 exercícios;

- Controles Internos

A Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados é satisfatório na prática de elaboração de suas demonstrações financeiras, assegurando eficiência e precisão. A Companhia usa o sistema Mega, programa ERP que permite uma gestão eficiente de todas as atividades da empresa com foco no desempenho equilibrado e nos processos corporativos.

O estudo e a avaliação do sistema contábil e de controles internos da Companhia, conduzido pelos auditores independentes, em conexão com a auditoria das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018, 2017 e de 2016 foi efetuado com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos.

Como resultado desse estudo e avaliação, efetuado na extensão e com os objetivos antes mencionados, foram feitas à Companhia sugestões de aprimoramento dos controles internos. Na avaliação da Administração, nenhuma das sugestões feitas pelos auditores independentes se configura como uma deficiência significativa do sistema contábil e de controles internos.

10.7 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

A Companhia possui o seguinte item não evidenciados nas demonstrações financeiras dos últimos 03 exercícios;

- Controles Internos

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor;

A Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados é satisfatório na prática de elaboração de suas demonstrações financeiras, assegurando eficiência e precisão. A Companhia usa o sistema Mega, programa ERP que permite uma gestão eficiente de todas as atividades da empresa com foco no desempenho equilibrado e nos processos corporativos.

b) Natureza e o propósito da operação;

Os controles internos tem o propósito de monitorar e avaliar os riscos e melhorias durante os processos realizados pela Companhia.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação;

Descrevemos abaixo as deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.

O estudo e a avaliação do sistema contábil e de controles internos da Companhia, conduzido pelos auditores independentes, em conexão com a auditoria das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018, 2017 e de 2016, foi efetuado com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos.

Como resultado desse estudo e avaliação, efetuado na extensão e com os objetivos antes mencionados, foram feitas à Companhia sugestões de aprimoramento dos controles internos. Na avaliação da Administração, nenhuma das sugestões feitas pelos auditores independentes se configura como uma deficiência significativa do sistema contábil e de controles internos.

10.8 Comentários dos diretores indicando os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

i) Investimentos, incluindo; (inclusive descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, fontes de financiamento dos investimentos e desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos)

Para desenvolvermos nosso plano de negócios que consiste na prestação de serviço de construção e gerenciamento de construção, não são necessárias grandes fontes de investimento. As principais fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são as linhas de crédito obtidas com bancos e outras instituições financeiras.

Não houve e não há planejamento de desinvestimentos.

ii) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não houve aquisições de terrenos, plantas, equipamentos, ou outros ativos relevantes.

iii) Novos produtos e serviços (inclusive descrição das pesquisas em andamento já divulgadas, montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços, projetos em desenvolvimento já divulgados e montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços)

Não há novos projetos em desenvolvimento, pois, conforme descrito na alínea “a” do subitem 10.8, o foco dos negócios da Companhia é prestação de serviço de construção e gerenciamento de construção.

10.9. Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção 10.

CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 61.022.042/0001-18

NIRE nº 35.300.067.827

ANEXO II

**PROPOSTA DE ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA
CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A. A SER REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2019**

ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA 2019 (CONSOLIDADO)

Senhores Acionistas,

Nos termos do artigo 196 da LSA e do artigo 25, §1º, inciso IV da IN CVM 480, apresentamos a V.Sas., para análise e posterior aprovação na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a proposta de **Orçamento de Capital** para o exercício social de 2019, no valor de R\$ 1.781.106,95 (um milhão, setecentos e oitenta e um mil, cento e seis reais e noventa e cinco centavos), conforme fontes de financiamento abaixo, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 18 de março de 2019.

Proposta de Orçamento de Capital: 1.781.106,95 (um milhão, setecentos e oitenta e um mil, cento e seis reais e noventa e cinco centavos).

Reserva de retenção de lucros (art. 196)	R\$1.781.106,95
Total de fontes	R\$1.781.106,95

Caixa adicional da Companhia devido as condições macroeconômicas vigentes	R\$1.781.106,95
Aplicações	R\$1.781.106,95

São Paulo, 18 de março de 2019.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Adolpho Lindenberg

Presidente

CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 61.022.042/0001-18

NIRE nº 35.300.067.827

ANEXO III

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA CONSTRUTORA
ADOLPHO LINDENBERG S.A. A SER REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2019**

***PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO QUE CONTENHA, NO MÍNIMO, AS
INFORMAÇÕES INDICADAS NO ANEXO 9.1.II DA IN CVM n° 481/09***

1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de 1.781.106,95 (um milhão, setecentos e oitenta e um mil, cento e seis reais e noventa e cinco centavos).

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.

Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 não foram declarados dividendos antecipados e/ou juros sobre capital próprio. A proposta da administração para o montante global de dividendos a ser distribuído é de R\$693.332,40 (seiscentos e noventa e três mil, trezentos e trinta e dois e reais e quarenta centavos), o que equivale a R\$2,7948048877 para cada ação preferencial, levando-se em consideração a quantidade de ações na data de sua distribuição/proposição, cuja aprovação e distribuição será submetida à Assembleia. A Administração propõe pagamento de dividendos apenas para as ações preferenciais.

Os membros do Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 18 de março de 2019, analisaram e aprovaram as demonstrações financeiras, orçamento de capital e destinação de resultados, que serão submetidos à aprovação dos acionistas na Assembleia, conforme apresentado na referida reunião.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, 25% (vinte e cinco por cento), mais um adicional de R\$99 serão distribuídos a título de dividendos, calculados com base em 6,5% do capital social próprio das ações preferenciais. O valor total de R\$693.332,40 equivale a 29,2% do lucro líquido do exercício de 2018.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não estão considerados lucros de exercícios anteriores na distribuição de lucros do exercício de 2018.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a) O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

O valor bruto dos dividendos é de R\$693.332,40 (seiscentos e noventa e três mil, trezentos e trinta e dois e reais e quarenta centavos), o que equivale a R\$2,7948048877 para cada ação preferencial.

Não houve, conforme Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, destaque dos juros sobre capital próprio, não havendo, portanto, qualquer deliberação a ser tomada na Assembleia.

b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Uma vez aprovados pela Assembleia, propomos que o pagamento dos dividendos destacados nas demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 seja realizado a partir de maio de 2019 e dentro do exercício social de 2019, nos termos do artigo 205, §3º, da LSA, pagamento a ser efetuado em dinheiro em uma única parcela.

Os acionistas terão seus créditos disponíveis na data de início do pagamento desse direito, de acordo com sua conta corrente e domicílio bancário fornecido ao Banco Itaú.

Aos acionistas cujo cadastro esteja desatualizado, ou seja, que não contém a inscrição do número de CPF/CNPJ ou indicação de Banco/Agência e Conta Corrente, os dividendos serão creditados a partir do décimo dia útil contado da data da solicitação, desde que os interessados providenciem a regularização de seu cadastro, pessoalmente, em uma das agências do Banco Itaú conforme orientação que deverá constar no respectivo Aviso aos Acionistas, a ser publicado após a Assembleia.

Os acionistas usuários do serviço de custódia fiduciária de ações terão seus dividendos creditados conforme procedimentos adotados pela BM&FBovespa.

Não houve, conforme demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, distribuição dos juros sobre capital próprio, não havendo, portanto, qualquer deliberação a ser tomada na Assembleia.

c) Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não há proposta de atualização e juros dos dividendos.

Não houve, conforme demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, distribuição dos juros sobre capital próprio, não havendo, portanto, qualquer deliberação a ser tomada na Assembleia.

d) Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

A data determinada para declaração de pagamento dos dividendos, isto é, a data considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento, é a data da realização da Assembleia, a ser realizada em 24 de abril de 2019.

Não houve, conforme demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, distribuição dos juros sobre capital próprio, não havendo, portanto, qualquer deliberação a ser tomada na Assembleia.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados.

Não houve, conforme demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, dividendos declarados com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

Não houve, conforme demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, distribuição dos juros sobre capital próprio, não havendo, portanto, qualquer deliberação a ser tomada na Assembleia.

b) Informar a data dos respectivos pagamentos

Não aplicável.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a) Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

	2018	2017	2016
Lucro (prejuízo) Líquido do exercício	R\$2.500	R\$4.605	R\$4.206
Lucro (prejuízo) Líquido por ação (em reais)	R\$6,72	R\$12,38	R\$11,30

b) Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

	2018	2017	2016
Valor global dos dividendos distribuídos	R\$ 693	R\$ 1.093	R\$ 999
Valor dos dividendos por ação (em reais) Ações (ordinárias e preferenciais)	-	-	-
Valor dos dividendos por ação (em reais) Ações ordinárias	-	R\$ 2,94	R\$ 2,46
Valor dos dividendos por ação (em reais) Ações preferenciais	R\$ 2,79	R\$ 2,97	R\$ 2,79
Juro sobre capital próprio	n/a	n/a	n/a

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a) Identificar o montante destinado à reserva legal

O montante destinado à reserva legal sobre o lucro do exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$124.989,96 (cento e vinte e quatro mil, novecentos e oitenta e nove reais e noventa e seis centavos).

b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Do lucro líquido do exercício, que é resultado remanescente depois de deduzidas as participações de que trata o artigo anterior, dele se destacará 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, até que o seu montante atinja a 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia, conforme disposto no artigo 193 da LSA e no artigo 32 do Estatuto Social da Companhia.

9. Caso a Companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a) Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Nos termos do artigo 5º, parágrafo 3º, do Estatuto Social da Companhia, os possuidores de ações preferenciais têm prioridade na percepção de um dividendo mínimo anual e não cumulativo de 6,5% (seis e meio por cento) sobre o valor do capital social próprio a essa espécie de ação, ou a participação proporcional de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, prevalecendo o valor maior.

b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Sim, é suficiente para pagamento dos dividendos das ações preferenciais.

c) Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não há parcela não paga de dividendos fixo ou mínimo.

d) Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

O valor global dos dividendos mínimos a serem pagos aos titulares de ações preferenciais é de R\$693.332,40 (seiscentos e noventa e três mil, trezentos e trinta e dois e reais e quarenta centavos).

e) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

O valor por ação preferencial dos dividendos mínimos a serem pagos aos titulares de ações preferenciais é de R\$2,7948048877.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Nos termos do artigo 5º, parágrafo 3º, do Estatuto Social da Companhia, os possuidores de ações preferenciais têm prioridade na percepção de um dividendo mínimo anual e não cumulativo de 6,5% (seis e meio por cento) sobre o valor do capital social próprio a essa espécie de ação.

b) Informar se ele está sendo pago integralmente

Sim, o dividendo obrigatório será pago integralmente.

c) Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a) Informar o montante da retenção

Não aplicável.

b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável.

c) Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a) Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

b) Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável.

c) Explicar porque a perda foi considerada provável

Não aplicável.

d) Justificar a constituição da reserva

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a) Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não aplicável.

b) Informar a natureza dos lucros não realizados que deram origem à reserva

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Não aplicável.

b) Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

c) Descrever como o montante foi calculado

Não aplicável.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a) Identificar o montante da retenção

A retenção de lucros no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 1.781.106,95 (um milhão, setecentos e oitenta e um mil, cento e seis reais e noventa e cinco centavos), que será integralmente destinado como caixa adicional da Companhia.

O saldo da Reserva de Retenção de Lucros em 31 de dezembro de 2018, antes das movimentações acima descritas é de R\$10.023.490,00 (dez milhões, vinte e três mil, quatrocentos e noventa reais).

b) Fornecer cópia do orçamento de capital

Cópia constante do Anexo II à presente Proposta.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a) Informar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

b) Explicar a natureza da destinação

Não aplicável.

CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 61.022.042/0001-18

NIRE nº 35.300.067.827

ANEXO IV

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA CONSTRUTORA
ADOLPHO LINDENBERG S.A. A SER REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2019**

***INDICAÇÃO DE ADMINISTRADORES PARA OCUPAR CARGOS DE MEMBROS EFETIVOS DO CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA, CONFORME PREVISTO NA IN CVM 481, ARTIGO 10***

NÚMERO DE ASSENTOS E MANDATO

Definição de número de assentos do Conselho de Administração da Companhia e respectivo mandato:

A Proposta da Administração é de que a composição do Conselho de Administração da Companhia permaneça com 3 (três) membros efetivos para o mandato de 3 (três) anos conforme disposto no artigo 6º, parágrafo primeiro do Estatuto Social da Companhia.

Caso seja realizado o processo de voto múltiplo (desde que cumpridos os requisitos constantes do artigo 141 da LSA e na Instrução CVM nº 165, de 11 de dezembro de 1991, conforme alterada), será realizado cálculo sobre número de votos necessários para garantir a eleição de cada membro do Conselho de Administração, com base no número de ações detidas pelos acionistas presentes na assembleia e, caso haja votação em separado nos termos do artigo 141, §§4º e 5º da LSA, as ações detidas pelos acionistas que optaram pela votação em separado serão excluídas do número de ações votantes presentes à assembleia, para fins do cômputo do voto múltiplo.

Caso ocorra a eleição dos membros do conselho de administração da Companhia pela votação majoritária, nos termos do art. 129 da LSA, serão eleitos todos os membros indicados pelo grupo controlador da Companhia.

	Nome	Nascimento e idade	Profissão	CPF/Passaporte	Cargo ocupado	Data de eleição	Data da Posse	Prazo do Mandato Previsto	Outros cargos ou funções na Companhia	Indicados pelos Controladores
1.	Adolpho Lindenberg	94 anos	Engenheiro	002.442.108-10	Presidente	AGO de 2019	AGO de 2019	AGO de 2022	N/A	Sim
2.	Mauricio Piazzon Barbosa Lima	36 anos	Engenheiro	224.468.838-00	Membro efetivo	AGO de 2019	AGO de 2019	AGO de 2022	N/A	Sim
3.	Marcelo Haddad Buazar	57 anos	Administrador	040.011.888-21	Membro efetivo	AGO de 2019	AGO de 2019	AGO de 2022	N/A	Sim

12.7. Membros dos comitês estatutários, comitês de auditoria, comitês de risco, comitês financeiros e comitê de remuneração:

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui comitês.

12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal:

a) Currículo dos Administradores indicados:

Os currículos a seguir relacionados referem-se somente aos membros do Conselho de Administração da Companhia que estão sendo indicados para ocupar respectivos cargos para o mandato de 3 (três) ano que vigorará até a data de realização da próxima Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2018.

Conselho de Administração:

1. Adolpho Lindenberg: o Sr. Adolpho Lindenberg ocupa, atualmente, o cargo de membro efetivo e Presidente do Conselho de Administração da Companhia e está sendo indicado para reeleição para o referido cargo. Formou-se em Engenharia e Arquitetura pela Universidade Mackenzie em 1949. Seus primeiros trabalhos foram reconstruções de antigas sedes de fazendas pelos arredores de Valinhos e Campinas, onde procurou estudar o estilo colonial. Na década de 1950, construiu aproximadamente 200 casas residenciais ao estilo colonial Paulista e barroco mineiro. Além disso, fundou a Construtora Adolpho Lindenberg S.A. que, na década seguinte, tornou-se a primeira construtora de capital aberto no País, com mais de 500 edifícios construídos. Atualmente, exceto pelo cargo que ocupa na Companhia, nunca ocupou cargo na administração de outras companhias abertas.

2. Mauricio Piazzon Barbosa Lima: Engenheiro Civil formado pela USP – Universidade de São Paulo em 2007. Atua no Grupo Econômico da Controladora LDI Desenvolvimento Imobiliário S/A desde 2004, assumindo o cargo de Diretor Financeiro em 2013. Atuou como Conselheiro da REP – Real Estate Partners Desenvolvimento Imobiliário S/A entre 2015 e 2016, e depois como diretor desta companhia desde então até a presente data.

3. Marcelo Haddad Buazar: Administrador de empresas formado pela FGV – Fundação Getúlio Vargas em 1982. Trabalhou na área de marketing da Unilever entre 1983 e 1992. Atuou como Diretor da Bain & Company de 1997 a 2008. Assumiu o cargo de Diretor Administrativo da Controladora LDI Desenvolvimento Imobiliário S/A em 2009 onde permanece até a presente data.

b) Condenações judiciais e administrativas (inclusive criminais) envolvendo os administradores e membros do conselho fiscal:

Nenhum dos membros do Conselho de Administração da Companhia, nos últimos 5 anos, esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

Conselho de Administração:

Eu, **Adolpho Lindenberg**, indicado para o cargo de membro efetivo e Presidente do Conselho de Administração da Companhia, declaro, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não estive sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhum processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, nenhuma condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, a qual tenha me impossibilitado ou impedido de exercer atividade profissional ou comercial.

Eu, **Maurício Piazzon Barbosa Lima**, indicado para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, declaro, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não estive sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhum processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, nenhuma condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, a qual tenha me impossibilitado ou impedido de exercer atividade profissional ou comercial.

Eu, **Marcelo Haddad Buazar**, indicado para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, declaro, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não estive sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhum processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, nenhuma condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, a qual tenha me impossibilitado ou impedido de exercer atividade profissional ou comercial.

12.9. Relações conjugais, uniões estáveis ou parentesco até o segundo grau existentes entre:

a) Administradores da Companhia

O Sr. **Adolpho Lindenberg Filho**, Diretor Presidente, Diretor de Relações com Investidores, Diretor Administrativo e Diretor Financeiro da Companhia, é filho de Adolpho Lindenberg, membro efetivo e Presidente do Conselho de Administração da Companhia e indicado para reeleição a ser deliberada na Assembleia.

b) Administradores da Companhia e administradores de controladas diretas ou indiretas da Companhia:

Não aplicável.

c) *Administradores da Companhia ou de suas controladas diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos da Companhia:*

Não aplicável.

d) *Administradores da Companhia e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia:*

Não aplicável.

12.10 – Relação de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<u>Administrador do emissor ou controlada</u> Adolpho Lindenberg Presidente do Conselho de Administração da Companhia	002.442.108-10	Subordinação	Controladora Direta
<u>Pessoa relacionada</u> LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A. Presidente do Conselho de Administração	07.071.841/0001-39		
<u>Observação</u>			

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<u>Administrador do emissor ou controlada</u> Adolpho Lindenberg Filho Atual membro do Conselho de Administração da Companhia e Diretor Presidente, Diretor de Relações com Investidores, Diretor Administrativo e Diretor Financeiro.	004.219.258-76	Subordinação	Controladora Direta
<u>Pessoa relacionada</u> LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A. Diretor Presidente	07.071.841/0001-39		

Observação

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
---------------------------------------	-----------------	--	---------------------------------------

Administrador do emissor ou controlada

Adolpho Lindenberg Filho
Atual membro do Conselho de Administração da Companhia e Diretor Presidente, Diretor de Relações com Investidores, Diretor Administrativo e Diretor Financeiro.

004.219.258-76

Subordinação

Controlada
Direta

Pessoa relacionada

Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda.
Administrador

06.138.869/0001-83

Observação

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
---------------------------------------	-----------------	--	---------------------------------------

Administrador do emissor ou controlada

Adolpho Lindenberg Filho
Atual membro do Conselho de Administração da Companhia e Diretor Presidente, Diretor de Relações com Investidores, Diretor Administrativo e Diretor Financeiro.

004.219.258-76

Subordinação

Controlada
Direta

Pessoa relacionada

CAL – Construtora e Serviços de Mão-de-Obra Ltda.
Administrador

06.152.137/0001-48

Observação

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
-------------------------------	----------	---	----------------------------

Administrador do emissor ou controlada

Adolpho Lindenberg Filho Atual membro do Conselho de Administração da Companhia e Diretor Presidente, Diretor de Relações com Investidores, Diretor Administrativo e Diretor Financeiro.	004.219.258-76	Subordinação	Controlada Direta
---	----------------	--------------	-------------------

Pessoa relacionada

Adolpho Lindenberg Administrador	Construtora 60.665.379/0001-80		
-------------------------------------	-----------------------------------	--	--

Observação

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
-------------------------------	----------	---	----------------------------

Administrador do emissor ou controlada

Adolpho Lindenberg Filho Atual membro do Conselho de Administração da Companhia e Diretor Presidente, Diretor de Relações com Investidores, Diretor Administrativo e Diretor Financeiro.	004.219.258-76	Subordinação	Controladora Direta
---	----------------	--------------	---------------------

Pessoa relacionada

LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A. Diretor Presidente	07.071.841/0001-39		
--	--------------------	--	--

Observação

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
-------------------------------	----------	---	-------------------------------

Administrador do emissor ou controlada

Mauricio Piazzon Barbosa Lima
Indicado para membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia

224.468.838-00

Subordinação

Controladora
Direta

Pessoa relacionada

LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A.
Diretor sem Designação Específica

07.071.841/0001-39

Observação

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
-------------------------------	----------	---	-------------------------------

Administrador do emissor ou controlada

Marcelo Haddad Buazar
Indicado para membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia

040.011.888-21

Subordinação

Controladora
Direta

Pessoa relacionada

LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A.
Membro do Conselho de Administração

07.071.841/0001-39

Observação

CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 61.022.042/0001-18

NIRE nº 35.300.067.827

ANEXO V

PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, CONFORME PREVISTO NA IN CVM 481, ARTIGO 12, INCISO I

Senhores Acionistas,

Nos termos do artigo 12, inciso I, da IN CVM 481, apresentamos a proposta para a verba anual e global para remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria estatutária da Companhia.

Desta forma, para o exercício social de 2019, propomos o montante de até R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), para a remuneração dos administradores da Companhia, incluindo salário/pró-labore, benefícios e remuneração variável, ficando a cargo do, Conselho de Administração da Companhia a fixação do montante individual e, se for o caso, a concessão de verbas de representação e/ou benefícios de qualquer natureza, conforme artigo 152 da LSA.

Referido valor foi determinado em função da grande experiência dos atuais administradores e de seu alto grau de conhecimento das atividades e operações da Companhia, sua sólida reputação no mercado e devido à necessidade de manutenção e valorização dos talentos individuais da Companhia, inserida em um mercado cada vez mais competitivo.

A Administração da Companhia esclarece que o valor efetivamente pago, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a título de remuneração aos seus administradores excluindo os pagamentos suportados pelas controladas, no valor total de R\$841.147 conforme indicado no item 13.2 do atual Formulário de Referência da Companhia, está compatível com o montante aprovado para tal exercício social na Assembleia Geral Ordinária realizada em 23 de abril de 2018, que foi de até R\$3.000.000,00 (três milhões de reais).

São Paulo, 18 de março de 2019.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Adolpho Lindenberg

Presidente

CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 61.022.042/0001-18

NIRE nº 35.300.067.827

ANEXO VI

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A. A SER REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2019

PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, CONFORME PREVISTO NA ICVM 481, ARTIGO 12, INCISO II

13.1. Política e prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, quanto aos seguintes aspectos:

a) objetivos da política ou prática de remuneração

A Companhia paga remuneração fixa e variável aos seus administradores, conforme o caso. Nas subsidiárias, há plano de participação nos lucros e resultados para o pagamento de remuneração variável aos colaboradores com base em avaliação individual de desempenho e alcance de metas, com o objetivo de alinhar os interesses da Companhia e de suas subsidiárias com os de seus colaboradores, de forma a estimular o comprometimento destes, atraindo e mantendo profissionais qualificados, melhorando a gestão dos negócios da Companhia e o desempenho dos colaboradores no exercício de suas funções e a permanência de tais colaboradores nos postos ocupados.

b) composição da remuneração

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração recebem remuneração fixa mensal pelo desempenho de suas funções (pró-labore), sendo que o Presidente do Conselho faz jus aos benefícios de plano de vida, plano de saúde e convênio farmácia.

Diretoria Estatutária

Os membros da diretoria estatutária recebem pró-labore fixo mensal e variável anual de acordo com os resultados da Companhia. O objetivo de cada elemento da remuneração dos diretores estatutários é incentivar o alinhamento de interesses destes com as metas da Companhia, de forma a estimular o comprometimento dos mesmos com os negócios da Companhia, melhorar os desempenhos destes nos exercícios de suas funções e também atrair e manter profissionais altamente qualificados.

ii. proporção de cada elemento na remuneração total

Este subitem não se aplica aos membros do Conselho de Administração, tendo em vista que o único elemento de suas respectivas remunerações é um salário fixo mensal.

Com relação à Diretoria Estatutária, é possível afirmar que não existe um percentual definido para cada elemento (proporção sobre o total aprovado pelos acionistas para a remuneração da administração).

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Não há metodologia de cálculo e de reajuste específico para cada um dos elementos. O pró-labore fixo mensal poderá ser reajustado de acordo com os percentuais dos dissídios coletivos.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

Conforme descrito na alínea “i” acima, as razões para composição da remuneração são o incentivo na melhoria da nossa gestão, melhorar o desempenho dos membros da Diretoria no exercício de suas funções e a permanência dos nossos executivos, visando ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e ao desempenho de curto prazo.

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Os indicadores de desempenho são o alcance de: (a) metas operacionais e financeiras, tais como: (i) volume geral de obras contratadas; (ii) volume geral de obras entregues; (iii) EBITDA; e (iv) lucro líquido, e (b) desempenho individual, tais como: (i) autonomia; (ii) iniciativa; (iii) capacidade de planejamento; (iv) comprometimento; (v) comunicação; (vi) flexibilidade; (vii) habilidade de relacionamento; (viii) negociação; (ix) solução de problemas; (x) trabalho em equipe; e (xi) entre outros. Ademais, a remuneração dos administradores também é baseada na avaliação individual, que leva em conta a iniciativa, pró-atividade, poder de tomada de decisões, postura profissional e o relacionamento interpessoal.

d) estrutura da remuneração para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A determinação de um montante de remuneração global para administradores da Companhia e subsidiárias atrelada a um retorno sobre o patrimônio líquido da Companhia é a estrutura designada para vincular a remuneração variável, paga aos colaboradores das subsidiárias e da Companhia de forma geral, e o desempenho de lucratividade.

Desta forma, a parcela variável da remuneração dos nossos administradores está vinculada ao desempenho da Companhia no período em questão.

e) alinhamento da política ou prática de remuneração aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo

Em uma perspectiva de curto prazo, a Companhia busca obter tal alinhamento por meio de salários compatíveis com o mercado.

Em médio prazo, visamos obter tal alinhamento por meio do pagamento de variável anual de acordo com os resultados da Companhia a determinados colaboradores.

O formato da remuneração acima descrito procura incentivar os colaboradores a buscar a melhor rentabilidade dos investimentos e projetos desenvolvidos pela Companhia, de tal maneira a alinhar os interesses destes com os da Companhia, em longo prazo.

f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Parte da remuneração variável anual e fixa da diretoria estatutária da Companhia é suportada por intermédio da CAL – Construtora e Serviços de Mão de Obra Ltda. (“CAL MO”), controlada direta da Companhia.

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

Não aplicável.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Remuneração prevista para o Exercício Social de 31/12/2019 - Valores Anuais	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3	2	0	5
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	110.000	500.000	0	610.000
Benefícios direto e indireto	90.000	120.000	0	210.000
Participações em comitês				
Outros	20.000	160.000	0	180.000
Remuneração variável anual				
Bônus		2.000.000*	0	2.000.000
Participação de resultados				
Participação em reuniões				
Comissões				
Outros				
Pós-emprego				
Cessaçã do cargo				
Baseada em ações				
Total (R\$)	220.000	2.780.000	0	3.000.000

Remuneração do Exercício Social findo em 31/12/2018 - Valores Anuais	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3	2	0	5
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	101.864	462.795	0	564.660
Benefícios direto e indireto	87.135	53.236	0	140.372
Participações em comitês	0	0	0	0
Outros	15.339	120.776	0	136.115
Remuneração variável anual				
Bônus	0	0	0	0
Participação de resultados	0	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0

Remuneração do Exercício Social findo em 31/12/2018 - Valores Anuais	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessação do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações	0	0	0	0
Total (R\$)	204.339	636.807	0	841.147

*este valor não inclui a parcela de bônus suportada pelas controladas da Companhia.

Remuneração do Exercício Social findo em 31/12/2017 - Valores Anuais	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3	2	0	5
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	92.021	464.778	0	556.799
Benefícios direto e indireto	66.159	44.228	0	110.387
Participações em comitês			0	
Outros	14.986	118.926	0	133.912
Remuneração variável anual				
Bônus	0	0	0	0
Participação de resultados	0	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessação do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações	0	0	0	0
Total (R\$)	173.166	627.932	0	801.098

Remuneração do Exercício Social findo em 31/12/2016 - Valores Anuais	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3	2	0	5
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	84.563	452.453	0	537.016
Benefícios direto e indireto	57.729	44.975	0	102.704
Participações em comitês	0	0	0	0
Outros	14.015	133.657	0	147.678
Remuneração variável anual				
Bônus	0	109.115*	0	109.115
Participação de resultados	0	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessação do cargo	0	0	0	0
Baseada em a�oes	0	0	0	0
Total (R\$)	156.307	631.085	0	896.513

*este valor não inclui a parcela de bônus suportada pelas controladas da Companhia.

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Remuneração variável prevista para exercício social a ser encerrado em 31/12/2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3	2	0	5
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	2.000.000	0	2.000.000
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3	2	0	5
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	2.000.000	N/A	2.000.000
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0	N/A	0
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	N/A	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0	N/A	0

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2017	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3	2	0	5
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	2.000.000	N/A	2.000.000
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0	N/A	0
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	N/A	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0	N/A	0

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2016	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3	2	0	5
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	2.000.000	0	2.000.000
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	109.115	N/A	109.115
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

13.4. Plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária da Companhia.

Não aplicável à Companhia.

13.5. Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou quotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

		31/12/2018			
		Conselho de	Diretoria	Conselho	Total
Sociedade	Categoria	Administração	Estatutária	Fiscal	
Emissor					
Construtora Adolpho Lindenberg S.A.	Ações ordinárias	42	0	0	42
	Ações preferenciais	575	0	0	575
Controladora					
LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A.	Ações ordinárias	0	10.928.344	0	10.928.344

13.6. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Não aplicável à Companhia.

13.7. Informações a respeito das opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

Não aplicável à Companhia.

13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável à Companhia.

13.9. Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 (inclusive método de precificação do valor das ações e das opções):

Não aplicável à Companhia.

13.10. Informações sobre os planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários:

Não aplicável à Companhia.

13.11. Remuneração, nos 3 últimos exercícios sociais, do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Nº de membros	2	2	2	3	3	3
Valor da maior remuneração (em reais)	370.930	365.367	387.857	145.818	120.266	110.767
Valor da menor remuneração (em reais)	270.180	266.994	352.344	33.354	15.673	14.485
Valor médio da remuneração (em reais)	320.555	316.181	370.100	89.586	75.806	62.626

13.12. Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria (inclusive consequências financeiras para a Companhia):

Não aplicável à Companhia.

13.13. Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

	Conselho de Administração			Diretoria Estatutária		
	2016	2017	2018	2016	2017	2018
Percentual	9,27%	9,05%	12,3%	100%	100%	100%

13.14. Valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Não aplicável à Companhia.

13.15. Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Os valores abaixo referidos foram pagos a título de remuneração em função de exercício do cargo na Companhia.

2018

Em Reais mil	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas do emissor	N/A	N/A	N/A	N/A
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

2017

Em Reais mil	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas do emissor	N/A	N/A	N/A	N/A
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

2016

Em Reais mil	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A

Controladas do emissor	N/A	96.184	N/A	96.184
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

13.16. Outras informações relevantes:

Não há outras informações relevantes além daquelas prestadas nos itens anteriores.